

DEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA: ARGENTINA, BRASIL E CHILE - O PAPEL DOS MOVIMENTOS TRABALHISTAS¹

JULIA GITAHY DA PAIXÃO²

Universidade de Montreal, PhD (candidata)
Universidade da Califórnia em Berkeley, Mestrado (2004)
Universidade de São Paulo, Bacharelado (2002)

Resumo

O escopo do presente trabalho é apresentar uma revisão bibliográfica sobre o papel desempenhado pelos movimentos trabalhistas nos processos de democratização e integração na Argentina, Brasil e Chile. Analisa-se a relação entre estes movimentos e os processos ocorridos. As bibliografias de Drake e Buchaman, especialmente estudadas, cuidam do tema, em contraste com outros argumentos expostos na bibliografia de transição.

Palavras-chaves : movimentos trabalhistas, análise, bibliografia de transição.

Abstract

The target of the present work is to present a bibliographical revision on the role played for the working movements in the processes of democratization and integration in Argentina, Brazil and Chile. It is analyzed relation between these movements and the occurred processes. The bibliographies of Drake and Buchaman, especially studied, take care of of the subject, in contrast with other arguments displayed in the transition bibliography.

Word-keys: working movements, analysis, bibliography of transition.

¹ Este artigo foi primeiramente apresentado como requerimento para a conclusão do curso de pós-graduação como sendo «Argentina e Chile: Democracia e Integração», orientado pelo professor Jorge Arrate na Universidade da Califórnia em Berkeley durante meus estudos para o mestrado. Depois disso, eu o revisei para sua apresentação no XXVII Congresso Internacional da Associação de estudos Latino-americanos, na sessão intitulada *Cambios gubernamentales y respuestas sociales en América Latina*, que acontecerá em setembro de 2007 em Montreal no Canadá.

² Atualmente sou candidata a PhD no departamento de Relações Industriais da Universidade de Montreal, sendo meu estudo financiado pelo Centro Interuniversitário de Pesquisas em Globalização e Trabalho (www.crimt.org). Graduei em Direito pela faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 2002, sendo aprovada no Exame de Ordem em 2003. No ano de 2003-2004 mudei para os Estados Unidos para obter o título de Mestre em Direito pela Universidade da Califórnia em Berkeley.

INTRODUÇÃO

Minha intenção é apresentar uma revisão bibliográfica sobre o papel desempenhado pelos movimentos trabalhistas nos processos de democratização e integração na Argentina, Brasil e Chile, focando minha análise na relação entre estes movimentos e os processos ocorridos. Para isto, analisarei como algumas bibliografias tratam do assunto, especialmente Drake e Buchaman, sobre os tópicos principais relacionados a esta questão em contraste com outros argumentos expostos na bibliografia de transição³.

1 MOVIMENTOS TRABALHISTAS NO FINAL DO SÉCULO XX NA AMÉRICA LATINA: ARGENTINA, BRASIL E CHILE - DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

Um ponto levantado por Drake em seu livro *Labor Movements and Dictatorships: The Southern Cone in Comparative Perspective* é a mudança de papel do trabalho organizado na política nacional, especialmente no papel dos trabalhadores durante a mudança de regime: de algum tipo de democracia, geralmente populista, para algum tipo de autoritarismo militar ou, mais recentemente, uma mudança na direção oposta, de algum tipo de ditadura para algo mais democrático. A cobertura de Drake sobre estas transições nos quatro casos latino-americanos discutidos reflete uma extensa leitura da bibliografia disponível. Logo, o trabalho de Drake serve como uma boa introdução para as relações entre os movimentos trabalhistas e as ditaduras na América Latina, oferecendo importantes fontes de consulta para quem estiver a procura de uma revisão bem informada. Particularmente para este artigo, a análise será focada em seu estudo sobre as transições autoritárias no final do século XX, especialmente na Argentina, Brasil e Chile.

Neste sentido, o estudo de Drake enfatiza como os sindicatos e seus partidos políticos aliados sofreram uma brutal repressão e uma considerável queda em seus rendimentos sob regimes políticos que eram simpatizantes dos grandes grupos econômicos. Estes grupos lucravam com a concentração de renda gerada pela inflação alta que precedia tais golpes autoritário-burocráticos. Assim que os militares tomavam o poder, os trabalhadores eram forçados a

³ Devido às limitações de tempo e espaço, não é nossa intenção cobrir toda a vasta bibliografia que foi escrita sobre a transição, mas pretendo confrontar alguns autores discutidos em sala de aula com trabalhos importantes na bibliografia de transição.

pagar uma parte desproporcional do custo das tentativas de estabilização econômica.

Drake distingue o que chama de “golpes de contenção” contra movimentos trabalhistas relativamente fracos no Brasil, Portugal e Grécia dos “golpes de retomada” cujo objetivo era minar movimentos sindicais mais fortes no Uruguai, Chile, Argentina e Espanha⁴. Nos golpes de contenção, nos quais os sindicatos pareciam menos ameaçadores à elite, a repressão tendeu a ser menos dura. O controle do estado corporativista e a promoção da paz no trabalho foi usado como parte de um modelo que propunha a substituição das importações pela promoção da industrialização doméstica. Já nos golpes de retomada, nos quais o trabalho era visto como sendo mais perigoso, os governos militares deixaram as forças de mercado disciplinar os trabalhadores por meio de políticas econômicas que desenfaturavam a dependência industrial (ou mesmo promoviam uma ligeira desindustrialização) em um padrão de crescimento baseado no comércio exterior, principalmente na exportação de matérias-primas. A crise econômica do início dos anos 80 contribuiu para um novo crescimento no nível de desemprego e um pequeno aumento nos postos de trabalho gerados no setor de serviços. Politicamente, o trabalho era visto por seus inimigos tradicionais na elite como tendo desempenhado um papel, juntamente com seus aliados políticos, na precipitação desses golpes devido a pressão constante por melhores salários, o que piorou as dificuldades econômicas.

No caso brasileiro, há algumas questões a serem discutidas. Primeiramente, mesmo os movimentos trabalhistas brasileiros sendo mais fracos que os argentinos e os chilenos até 1960, essa situação mudou com o rápido crescimento da indústria automobilística nos anos 70, tendo seus trabalhadores começado a se reorganizar em sindicatos mais independentes e, como Rodrigues (2004) argumenta, essa reorganização dos movimentos trabalhistas sindicais ocorreu no Brasil concomitantemente com a luta pela redemocratização do final dos anos 70 até meados dos anos 80⁵. Além disso, durante os últimos anos desta década, um novo movimento sindical surgiu no cenário brasileiro, em contraste com as derrotas decisivas nos demais países, como aponta Silver (2003)⁶. Uma intensa onda de ataque começou em 1978, inaugurando um período de ativismo que sobreviveu e mesmo floresceu durante a década de repressão e

⁴ DRAKE, Paul W. *Changing Latin American Labor Relations amidst Economic and Political Liberalization Labor Movements and Dictatorships: The Southern Cone in Comparative Perspective*, 1996. p. 33

⁵ RODRIGUES, Iram Jacome. *Crisis of Unionism in Latin America? Aspects from the Brazilian Experience*, 2004. p. 4-9.

⁶ Este argumento • desenvolvido no segundo capítulo em seu *Forces of Labor*, especialmente nas páginas 54-61.

recessão. Enquanto a maioria dos países estava enfrentando uma crise sem precedentes, no mundo do trabalho e nas instituições sindicais, no Brasil houve um aumento na atividade trabalhista. Entretanto, o sindicalismo brasileiro tomou uma trajetória diferente da maioria dos outros países, incluindo seus vizinhos. De acordo com Moody (1997)⁷ e Seidman (1994)⁸, a partir dos anos 70, apenas três países se distinguiram no processo de crise que viviam os sindicatos: África do Sul, Coréia do Sul e Brasil. Devido à luta pela democratização que estes países viveram neste período e ao mesmo tempo à emergente construção do sindicalismo, baseados na demanda por liberdades democráticas, em parceria com grupos da sociedade civil, concedeu legitimidade aos movimentos sindicais.

Outro autor que trata deste assunto é Paul Buchaman, em seu livro *State, Labor, Capital: Democratizing Class Relations in the South Cone*. Seus argumentos sobre o papel do arranjo social como um possível mecanismo para a resolução de conflitos de classe e a integração institucional dos trabalhadores dentro de uma sociedade mais democrática é muito esclarecedora. Ele faz um esforço considerável em tentar argumentar a favor de um comprometimento democrático de classe. Sua visão sobre as condições estruturais da transição democrática em economias em deterioração, como as que existiam no início da crise econômica de 1982, induzindo capital e trabalho a aceitar algum tipo de concentração como “a segunda melhor opção” também é bastante interessante. Nestas situações, a posição de Buchaman é de que “a busca incessante das preferências unilaterais” pode induzir “consequências mutuamente negativas”, tanto para os grupos de classes sociais quanto para seus representantes organizacionais⁹. Indo além, Buchaman argumenta que apenas através de pactos poderia ocorrer a consolidação democrática dos novos governos eleitos após o final dos “regimes capitalistas autoritários”, dado o contexto da severa crise econômica da década de 1980. Ele explica que “para que a consolidação democrática ocorra, o Estado e os grupos setoriais devem ser incluídos no conjunto dos processos institucionais para resolução de conflitos e, mais importante, tomarem as decisões de forma conjunta”¹⁰. Buchaman acredita que acordos coletivos a nível nacional promovidos por um único grupo trabalhista dominante e grupos capitalistas corporativistas, sancionados por um estado democrático, requer um governo neutro para garantir o processo. Em contraste

⁷ MUNDY, Kim. *Workers in a Lean World: Unions in the International Economy*. p. 208-212.

⁸ SEIDMAN, Gay W. *Manufacturing Militance: Worker's in Brazil and South Africa, 1970-1985*. p. 167-171, 197-221, 230-231.

⁹ BUCHANAN, Paul G. *State, Labor, Capital: Democratizing Class Relations in the Southern Cone*, 1995. p. 44.

¹⁰ *Ibid.*, p. 40.

com os regimes autoritários anteriores, os novos governos devem “humanizar o sistema capitalista nacional” e garantir a legitimidade necessária sob condições mais democráticas¹¹. Buchanan pensa que tanto o trabalho quanto o capital devem estar dispostos a fazerem as concessões necessárias sob dada concentração em troca de certeza, previsibilidade e segurança, alcançadas através da institucionalização dos acordos coletivos.

Os argumentos teóricos de Buchanan que ocupam o primeiro quarto de seu livro especificam os riscos enfrentados pelas negociações do tipo concentradas, como uma possível falta de unidade de classe, a utilização do estado para propósitos partidários, a dificuldade de se encontrar soluções negociadas para problemas econômicos sistêmicos como o desemprego, a falta de demanda doméstica, dívida externa, falta de investimento e inflação alta (p. 44). A premissa básica de Buchanan é que a concentração efetiva é necessária para a consolidação genuína da democracia e é possível.

2 IMPORTÂNCIA DESSES MOVIMENTOS NO PROCESSO DE “DEMOCRATIZAÇÃO” NA AMÉRICA LATINA

Primeiramente, é importante estabelecer a relação entre o trabalho e os processos de redemocratização. Como mencionado por J. Samuel Valenzuela (1989), os movimentos trabalhistas não devem ser simplesmente discutidos no mesmo plano de outros segmentos da sociedade, uma vez que ocupam um lugar especial entre as forças da sociedade civil que desempenharam um papel na transição para o fim do autoritarismo. Este argumento é apoiado pelo fato de que, ao contrário de outros segmentos, suas exigências não podem ser ignoradas. Mesmo em outros contextos nacionais nos quais o trabalho pode compartilhar com outros segmentos; como o estudantil, o religioso e as associações de bairro, os atributos da mobilização efetiva e da organização social, os movimentos trabalhistas também têm a possibilidade de atrapalhar a economia através das greves. Além disso, as reivindicações salariais também são um elemento importante no contexto macroeconômico de longo prazo.

Logo, devido ao trabalho ocupar uma “posição tanto na economia do país quanto nas empresas”¹², os regimes autoritários devotam grande atenção a eles, resultando eventualmente em um papel crucial desempenhado pelo trabalho no período de transição. Na ausência de democracia e de eleições

¹¹ BUCHANAN, op. cit., nota 9, p. 42.

¹² VALENZUELA, J. Samuel. *Labor Movements in Transitions to Democracy: a Framework for Analysis in Comparative Politics*, Julho de 1989. p. 447.

livres, oponentes dos regimes autoritários direcionam suas energias para as esferas organizadas da sociedade, especialmente o trabalho, sendo este um dos segmentos mais atrativos devido à grande massa que agrega e ao seu poder de atrapalhar a economia. Neste cenário, as leis trabalhistas estão entre as mais sensíveis para os regimes autoritários, uma vez que devem permitir a organização dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, impedir que ganhem muito poder e importância. Estes impaces são insolúveis, levando os regimes autoritários a ciclos de repressão e liberação dos movimentos trabalhistas.

Outro argumento apresentado por J. Samuel Valenzuela (1989) diz respeito à variação na relação entre os movimentos trabalhistas e os processos de redemocratização¹³. De acordo com ele, esta relação é bastante complexa e deve levar vários aspectos em consideração. Logo, não é apenas uma simples questão de que quanto mais forte o movimento trabalhista, maiores são as chances deste assumir um papel importante na transição. Os critérios para o fortalecimento ou enfraquecimento dos movimentos trabalhistas em períodos de transição são: a densidade total da afiliação sindical no total da força de trabalho, bem como nas áreas chave da economia¹⁴; características históricas das organizações sindicais e o sistema de relações industriais, especialmente no que diz respeito ao grau com o qual os sindicatos podem organizar efetivamente uma pressão coletiva para alterar seus mercados de trabalho¹⁵.

Tentando generalizar em seu livro *Labor Movements and Dictatorships*, Drake às vezes falha em descrever precisamente todos os casos que escolheu. Parte do problema é devido à imprecisão sobre se sua caracterização dos movimentos trabalhistas queria descrever o movimento como um todo ou alguma confederação trabalhista nacional em particular ou levar em conta as elites trabalhistas como um todo ao invés do todo.

Entretanto, a moderação que Drake imputa às organizações trabalhistas para evitar a canibalização da transição democrática melhor se adapta ao caso

¹³ Ibid, p. 452-455.

¹⁴ Aqui Valenzuela (*Ibidem*, p. 453) refere-se a dois casos importantes: Brasil e Chile, nos quais os níveis gerais de sindicalização não são muito altos, mas são nas atividades econômicas chave, como na área industrial de São Paulo onde os níveis de sindicalização são muito altos e na indústria de cobre chilena onde os níveis de sindicalização eram quase universais e de moderados a altos na indústria de manufatura.

¹⁵ Quando discutindo os últimos critérios para a avaliação da força dos movimentos trabalhistas, J. Samuel Valenzuela menciona o caso do Brasil e as maiores desvantagens dos sindicatos brasileiros na utilização contínua de acordos realizados pelo governo autoritário de Getúlio Vargas. Outra boa referência para este assunto é o trabalho de John Humphrey intitulado *Capitalist Control and Workers' Struggle in the Brazilian Auto-Industry*. HUMPHREY, John, *Capitalist Control and Workers' Struggle in the Brazilian Auto-Industry*, 1982.

Chileno. A experiência argentina é mais discutível, tendo partes do movimento trabalhista participado em mobilizações no período posterior ao colapso do governo militar de Leopoldo Galtieri, exatamente quando se esperava uma resposta mais prudente. Mas, ao contrário da situação chilena, onde os militares permitiram uma transição sob suas próprias leis, os oficiais argentinos estavam divididos e foram forçados a renunciar ao poder depois da derrota na Guerra das Malvinas. Por último, o processo de democratização brasileiro pode ser visto de forma parecida com o argentino, tendo os movimentos trabalhistas desempenhado um importante papel, mesmo havendo uma extensa bibliografia¹⁶ que discorda. Os grandes movimentos de massa do final dos anos 70 e início dos anos 80 contra as ditaduras militares criaram dois importantes instrumentos de organização trabalhista, a Central Única dos Trabalhadores - CUT e o Partido dos Trabalhadores - PT, tendo ambos um grande impacto na vida pública brasileira. A luta dos trabalhadores pela liberdade sindical, seus protestos contra a queda nos salários e o autoritarismo nos locais de trabalho se tornaram um marco não apenas para a luta pelos direitos trabalhistas, mas também para uma cidadania mais genuína¹⁷.

Mais especificamente sobre a Argentina, como foi discutido em sala de aula, a Guerra das Malvinas teve um papel significativo no processo de democratização. Como definiu o professor Arrate, este foi o “elemento chave” da transição para um regime democrático. A derrota militar deu força aos partidos políticos, vez que desmoralizou os militares perante os argentinos. Mesmo tendo a derrota nas Malvinas surtido impacto na transição, é importante salientar que houve outros fatores que devem ser levados em consideração. De acordo com Collier (1999)¹⁸, dar todos os “créditos” da transição para a democracia à derrota na Guerra das Malvinas torna a análise míope, pois desconsidera o papel fundamental desempenhado pelos movimentos trabalhistas. Para se entender essas questões, deve-se perguntar o porquê da invasão das Malvinas, em primeiro lugar. O'Donnell e Schmitter (1986)¹⁹ apontam, de forma mais precisa, que a invasão das Malvinas foi resultado de uma ação desesperada para preservar o regime já em dificuldades, sendo que estas dificuldades eram causadas em grande parte por uma facção do movimento trabalhista. Apesar de o movimento ter apoiado a campanha militar, este se manteve contrário ao regime. Logo, os protestos liderados pelos sindicatos foram fundamentais para a desestabilização do regime autoritário.

¹⁶ Para as partes que afirmam que os movimentos trabalhistas não desempenham um papel fundamental no período de transição no Brasil, ver Collier (1999, p.134-138) and Valenzuela (1989, p. 454).

¹⁷ Ver novamente Seidman (1994), Mundy (1997) and Silver (2003).

¹⁸ Ver principalmente p.125-126, mas também p.119-124.

¹⁹ Ver a introdução de *Transitions from Authoritarian Rule: Latin America*, 1986.

CONCLUSÃO

Acredito que o papel dos movimentos trabalhistas nos processos de democratização é muito importante, especialmente segundo os argumentos de Silver (2003) de que há uma visão generalizada de que os movimentos trabalhistas estão sofrendo uma crise terminal e se tornaram irrelevantes no mundo contemporâneo. Entretanto, ela mesma aponta que esta é uma visão baseada em análises de curto prazo. Desta forma é muito importante se afastar destas visões e se utilizar de outro tipo de análise, que leve em consideração esses movimentos. Assim, em uma análise mais ampla, ela conclui que este ligeiro declínio na expressão dos movimentos trabalhistas nas últimas duas décadas não passa de um fenômeno isolado.

Logo, fazendo-se uma análise do período de transição dos regimes em alguns países latino-americanos, pode-se dizer que os movimentos trabalhistas ainda devem ser considerados como importantes atores sociais, devendo ser considerados. Claro que a importância e o alcance do papel desempenhado por estes movimentos variam de acordo com as particularidades de cada país, como podemos observar em sala de aula e através da bibliografia. Entretanto, há algumas semelhanças interessantes que valem a pena serem cuidadosamente estudadas e pesquisadas por quem se interessar pela democracia e a integração na América Latina. Em um mundo globalizado é muito importante para qualquer país em nosso continente estar mais atento a seus vizinhos, para que um futuro integrado seja possível.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Robert J. **Labor Relations in Argentina, Brazil, and Chile**. New York, San Francisco, Toronto and London: McGraw-Hill Book Company, 1962.

ARRATE, Jorge y Eduardo Rojas. **Memoria de la Izquierda Chilena 1850-2000**. Santiago de Chile: Ediciones B, 2003, capítulos IV, V.

BERQUIST, Charles. **Labor in Latin America: Comparative Essays on Chile, Argentina, Venezuela, and Colombia**. Stanford: Stanford University, 1986.

BUCHANAN, Paul G. **State, Labor, Capital: Democratizing Class Relations in the Southern Cone**. Pittsburgh, PA: Pittsburgh University Press, 1995.

CAVAROZZI, Marcelo. “Patterns of Elite Negotiation and Confrontation in Argentina and Chile” in **HIGLEY, John and GUNTHER, Richard.** *Elites and Democratic Consolidation.* Cambridge: Cambridge University Press, 1992, 208-236.

COLLIER, David, and COLLIER, Ruth. **Shaping the Political Arena: Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America.** Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1991.

COLLIER, Ruth Berins. *Paths Toward Democracy: The Working Class and Elites in Western Europe and South America.* Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1999.

DICKEN, Peter. **Global Shift.** *Transforming the World Economy.* London: Paul Chapman Publishing Ltd., 1998.

DI PALMA, Giuseppe. **To Craft Democracies: an Essay on Democratic Transitions.** Berkeley: University of California Press, 1990.

DRAKE, Paul W. **Changing Latin American Labor Relations amidst Economic and Political Liberalization Labor Movements and Dictatorships: The Southern Cone in Comparative Perspective.** Baltimore, MD: John Hopkins University Press, 1996.

DRAKE, Paul W.; JAKSIC, Ivan. **The Struggle for Democracy in Chile.** Lincoln and London: University of Nebraska Press, 1991.

EVANS, Peter. **Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation.** Princeton: Princeton University Press, 1995.

GARRETON, Manuel Antonio. “Human Rights in Processes of Democratization” in **Journal of Latin American Studies**, number 26, 1994.

HUMPHREY, John. **Capitalist Control and Workers’ Struggle in the Brazilian Auto-Industry.** Princeton: Princeton University Press, 1982.

MOREIRAALVES, Maria Helena. **State and Opposition in Military Brazil**. Austin: University of Texas Press, 1985.

MUNDY, Kim. **Workers in a Lean World: Unions in the International Economy**. London: Verso, 1997.

O'DONNELL, Guillermo, SCHIMITTER, Philippe C. and WHITEHEAD, Lawrence. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

RODRIGUES, Iram Jacome. "Crisis of Unionism in Latin America? Aspects from the Brazilian Experience" in **International Institute of Social History**, Comments to the central argument "Crisis del Sindicalismo en America Latina?" by Francisco Zapata. Disponível em: <<http://www.iisg.nl/labouragain/crisis.html>>. Acesso em: fev. 2004.

SEIDMAN, Gay W. **Manufacturing Militance: Worker's in Brazil and South Africa, 1970-1985**. Berkeley: University of California Press, 1994.

SILVER, Beverly. **Forces of Labor: Workers' Movement and Globalization since 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.